

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 17 de janeiro de 2011.

Edição nº 606

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos	2
Boletim	3
Editais	3
Avisos	4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal	5
Súmulas de contrato e convênios	5
Avisos de licitações	6
Editais	6

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins	7
----------------	---



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de janeiro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 606

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO Nº 02/2011

Altera o Provimento nº 01/2011, que dispõe sobre o processo de formação da lista tríplice para a escolha do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto na Lei Estadual nº 7.669, de 17 de junho de 1982 – Lei Orgânica do Ministério Público do Rio Grande do Sul -, e,

CONSIDERANDO a edição da Lei nº 13.662, de 13 de janeiro de 2011, que altera disposições das Leis nº 6.536, de 31 de janeiro de 1973, e nº 7.669, de 17 de junho de 1982, e dá outras providências,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º O art. 1º do Provimento nº 01/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É designado o dia 12 de março de 2011, no período das 8h às 17h, ininterruptamente, no Auditório “Mondercil Paulo de Moraes”, sito na Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, nº 80, 3º andar – Torre Sul, nesta Capital, para a votação de formação da lista tríplice para a escolha do Procurador-Geral de Justiça, dentre os Membros do Ministério Público no efetivo exercício do cargo.”

Art. 2º O art. 2º do Provimento nº 01/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º São elegíveis os Membros do Ministério Público com mais de 10 (dez) anos de efetivo exercício na carreira e, no mínimo, 35 (trinta e cinco) anos de idade implementados até a data da posse.”

Art. 3º O art. 5º do Provimento nº 01/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Os Membros do Ministério Público interessados em concorrer à formação da lista tríplice deverão apresentar suas candidaturas até 28 de janeiro de 2011 à Comissão Eleitoral junto ao Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça.”

Art. 4º O art. 10 do Provimento nº 01/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 Ocorrendo a hipótese prevista no § 15 do artigo 4º da Lei nº 7.669/82, com a redação dada pela Lei nº 13.662/2011, os Membros do Ministério Público que não desejarem concorrer à formação da lista tríplice deverão apresentar recusa expressa até 09 de fevereiro de 2011 à Comissão Eleitoral junto à Secretaria dos Órgãos Colegiados.”

Art. 5º O parágrafo único do art. 14 do Provimento nº 01/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14

“Parágrafo único. Em caso de empate no número de votos para a composição da lista, preferirá o Membro mais antigo na carreira; persistindo o empate, preferirá o mais idoso.”

Art. 6º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de janeiro de 2011.

AFONSO ARMANDO KONZEN,

Procurador-Geral de Justiça, em exercício.

Registre-se e publique-se.

ANA MARIA SCHINESTCK,

Procuradora-Assessora, Secretária-Geral.

PROVIMENTO Nº 03/2011

Aprova o Regimento Interno do Conselho de Gestão Compartilhada do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho de Gestão Compartilhada do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul nos termos do Anexo Único deste Provimento.

Art. 2º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de janeiro de 2011.

AFONSO ARMANDO KONZEN,

Procurador-Geral de Justiça, em exercício.

Registre-se e publique-se.

ANA MARIA SCHINESTCK,

Procuradora-Assessora, Secretária-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de janeiro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 606

ANEXO ÚNICO

CONSELHO DE GESTÃO COMPARTILHADA

REGIMENTO INTERNO

Art. 1º O Conselho de Gestão Compartilhada é órgão opinativo, vinculado ao gabinete do Procurador-Geral de Justiça, destinado a otimizar a descentralização das ações e a regionalizar a gestão estratégica no âmbito do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Art. 2º O Conselho de Gestão Compartilhada terá como membros natos um integrante da Administração Superior, que o presidirá, os Coordenadores das Procuradorias de Justiça Cível e Criminal, bem como representantes de cada uma das dezesseis (16) Regiões Administrativas definidas pelo Provimento nº 57/2009-PGJ.

Parágrafo único. Cada membro terá um suplente, ao qual competirá substituir os titulares em seus impedimentos temporários ou vacância.

Art. 3º São, além dos elencados no Provimento nº 57/2009, objetivos do Conselho de Gestão Compartilhada:

I - examinar as proposições e consultas encaminhadas pelos Conselheiros eleitos, visando a consolidar sugestão ao Procurador-Geral de Justiça acerca de questões administrativas e institucionais;

II - fomentar a troca de experiências, o debate e o estudo sobre os temas postos em pauta nas diversas áreas administrativas, trazidos pelos Conselheiros;

III - propor e apoiar a realização de estudos, encontros de trabalho, cursos e palestras, ou outras atividades correlatas, para subsídio das atividades dos órgãos de execução;

IV - sugerir políticas de atuação administrativa voltadas ao Ministério Público.

Art. 4º O Conselho de Gestão Compartilhada reunir-se-á, ordinariamente, trimestralmente, com seus integrantes, convocados pelo Presidente com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo único. O Conselho de Gestão Compartilhada poderá reunir-se, extraordinariamente, por convocação de seu presidente ou, por proposição de, no mínimo, dois terços de seus membros, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis;

Art. 5º As sessões serão iniciadas pela leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior, cujas alterações poderão ser apresentadas pelos Conselheiros, por escrito ou oralmente, seguindo-se, após, a ordem do dia.

Art. 6º A Secretaria do Conselho de Gestão Compartilhada será exercida por membro do Ministério Público, designado pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 7º Será lavrada, em livro próprio, pelo Secretário, a ata de cada sessão, nela se mencionando, inclusive, os votos vencidos e a declaração de voto do Conselheiro que pretender o registro.

Art. 8º A pauta das reuniões do Conselho de Gestão Compartilhada será elaborada por seu Presidente ou pelo Secretário, colhendo-se, para tanto, sugestões dos demais membros.

Art. 9º As posições ou sugestões do Conselho de Gestão Compartilhada serão tomadas por maioria simples dos votos dos membros presentes e serão encaminhadas ao Procurador-Geral de Justiça.

Art. 10 Durante as férias do Conselheiro é facultado a ele continuar a exercer suas funções no Conselho de Gestão Compartilhada, mediante prévia comunicação à presidência.

Art. 11 Os casos omissos serão resolvidos pelo próprio Conselho, mediante resolução tomada pela maioria de seus membros.

BOLETIM Nº 034/2011

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EM EXERCÍCIO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVOGAR

- a pedido, as Portarias nº 4296/2007 e nº 393/2008, que autorizaram o Promotor de Justiça ROGÉRIO FAVA SANTOS, ID nº 3437523, para residir na cidade de Frederico Westphalen/RS, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções. (PR.00956.00011/2011-6 - Port. 0082/2011).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de janeiro de 2011.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 014/2011 – PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, cientifica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente Administrativo constante do PR.00006.00013/2011-2.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 13 de janeiro de 2011.

AFONSO ARMANDO KONZEN,

Procurador-Geral de Justiça, em exercício.

Registre-se e publique-se.

ANA MARIA SCHINESTCK,

Procuradora-Assessora, Secretária-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de janeiro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 606

EDITAL Nº 015/2011 – PGJ

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, em exercício, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, cientifica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente Administrativo constante do PR.00890.00045/2010-5.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 13 de janeiro de 2011.

AFONSO ARMANDO KONZEN,

Procurador-Geral de Justiça, em exercício.

Registre-se e publique-se.

ANA MARIA SCHINESTCK,

Procuradora-Assessora, Secretária-Geral.

EDITAL Nº 016/2011 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre indeferiu a instauração de Inquérito Civil acerca de possíveis irregularidades na prova prática do Exame de Ordem 2010-2, no expediente RD nº 00829.00603/2010, em que interessado Daniel Freire.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de janeiro de 2011.

ANA MARIA SCHINESTCK,

Procuradora-Assessora, Secretária-Geral.

AVISO Nº 03/2011-PGJ

Cientifico que, a Procuradora-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, determinou a publicação do demonstrativo que segue:

DOAÇÕES DE BENS DE CONSUMO EFETUADAS PELA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA				
Processo	Termo de Baixa de Patrimônio	Entidade Donatária	Objeto	Fundamento Legal
3649-0900/10-1	Nota p/ Doação nº 1	Secretaria da Saúde do Estado do RS – Seção de Materiais	Cartuchos e Toners p/ Impressoras	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de janeiro de 2011.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,

Diretor-Geral Substituto.

AVISO Nº 04/2011-PGJ

Cientifico que, a Procuradora-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, determinou a publicação do demonstrativo que segue:

DOAÇÕES DE BENS MÓVEIS EFETUADAS PELA PROCURADORIA –GERAL DE JUSTIÇA				
Processo	Termo de Baixa de Patrimônio	Entidade Donatária	Objeto	Fundamento Legal
4763-0900/10-4	1336	Departamento de Transportes do Estado do RS	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
4936-0900/10-3	1319	Instituto Lar Bom Abrigo Gessy de Vlieger Ferreira de Ijuí	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de janeiro de 2011.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,

Diretor-Geral Substituto.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de janeiro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 606

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM Nº 035/2011

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

EXONERAR

- a contar de 17 de janeiro de 2011, a servidora BRUNA BOTTERMUND, ID nº 3452158, do cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, deste órgão (Port. 0090/2011).

NOMEAR E HABILITAR PARA POSSE

- a contar de 17 de janeiro de 2011, BRUNA BOTTERMUND, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça, CC-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão (Port. 0091/2011).

NOMEAR

- a contar de 17 de janeiro de 2011, JOYCE FIGUEIREDO LOPES, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescida da gratificação de representação de 25% (vinte e cinco por cento), deste órgão (Port. 0092/2011).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de janeiro de 2011.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,

Diretor-Geral Substituto.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO

PROCESSO Nº 66-09.00/11-4

CONTRATADA: ABRH RS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HUMANOS; **OBJETO:** inscrição de 10 (dez) servidores no “Congresso de Gestão de Pessoas ABRH-RS”, a ser realizado no período de 18 a 21 de maio de 2011, nesta Capital; **VALOR TOTAL:** R\$ 7.862,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 13/01/2011, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Delmar Pacheco da Luz.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de janeiro de 2011.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,

Diretor-Geral Substituto.

Súmula do Termo de Convênio

Processo PR.01075.05956/2010-3

PARTES: O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 93.802.833/0001-57 e a Sociedade Educacional ID Ltda., mantenedora da Escola Técnica Alcides Maya, CNPJ nº 04.656.940/00001-94; **OBJETO:** Termo de Convênio celebrado entre as partes objetivando regulamentar o desenvolvimento de programa de estágio mediante parceria, fins de propiciar treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano; **PRAZO:** 5 (cinco) anos; **DATA DA ASSINATURA:** 06/01/2011; Simone Mariano da Rocha, Procuradora-Geral de Justiça, Devanir de Lourdes Oss-Emer Eizerik, Diretora da Escola Técnica Alcides Maya.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de janeiro de 2011.

SÚMULA DE TERMO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO nº PR.01381.00222/2010-4

PARTES: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. **OBJETO:** Destinação de bens móveis da ALRS, considerados inservíveis nos termos da Resolução de Mesa nº 976/10, ao Projeto Alquimia do MPRS, a fim de que sejam aproveitados por Escolas e Órgãos Públicos, Redes de Instituições Assistenciais comprometidas com a Política de Proteção à Criança e ao Adolescente, programas e projetos de inclusão digital, geração de trabalho e renda à população vulnerável e em situação de risco social, na produção de equipamentos de informática, equipamentos eletroeletrônicos, mobiliário e obras de decoração. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da publicação. **DATA DA ASSINATURA:** 16/12/2010.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de janeiro de 2011.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de janeiro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 606

SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PROCESSO Nº 3392-09.00/10-7 CONVITE Nº 34/10

CONTRATADA: CONSTRUTORA CONSTRUFAP LTDA.; **OBJETO:** acréscimo, ao objeto do contrato, de materiais e serviços; prorrogação do prazo de conclusão e entrega da obra, por 1 (um) mês, a contar de 02 de fevereiro, e do período de vigência do ajuste, por 1 (um) mês, a contar de 23 de maio de 2011; desmembramento do pagamento correspondente à última parcela do cronograma físico-financeiro em duas parcelas; **VALOR A ACRESCEER:** R\$ 33.430,58; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 57, § 1º, inciso IV, e 65, inciso I, b, e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de janeiro de 2011.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral Substituto.

SÚMULA DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA PROCESSO Nº 12055-09.00/08-0

CONTRATADA: PROSERVI SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.; **OBJETO:** conversão da carga horária de 01 (um) posto de vigilância 24 (vinte e quatro) horas, instalado na Promotoria de Justiça de Viamão, para 12 (doze) horas noturnas, com 24 horas nos sábados, domingos e feriados; **VALOR MENSAL A SER SUPRIMIDO:** R\$ 5.025,40 (montante 'A'), R\$ 706,98 (montante 'B') e R\$ 269,47 (montante 'C', estimado); **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 65, inc. I, b, e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de janeiro de 2011.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral Substituto.

Aviso de abertura de licitação

Tomada de Preços nº 01/2011 (Processo nº 005042-09.00/10-8) **Tipo** menor preço global. **Objeto:** contratação de empresa especializada para execução de levantamento topográfico, estudo hidrogeológico e laudo conclusivo de intervenções nos terrenos do Ministério Público (Promotorias de Justiça) e do Poder Judiciário (Fórum) na cidade de São Leopoldo (RS), conforme Edital e seus Anexos. **Preço orçado:** R\$ 17.975,00. **Prazo:** 60 dias. **Data e horário de abertura:** 03/02/2011, às 14 (quatorze) horas. **Local:** Rua General Andrade Neves, 106, 17º andar, Centro, Porto Alegre (RS). **Edital:** <http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/precos>. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei nº 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 14 de janeiro de 2011.

MICHEL CORRÊA MURAD,

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

Aviso de abertura de licitação

Convite nº 01/2011 (Processo nº 003264-09.00/10-9) **Tipo** menor preço global. **Objeto:** contratação de empresa especializada na prestação de serviços de inspeção, manutenção, reteste e recarga de extintores de incêndio, certificada pelo INMETRO, para um período de 12 (doze) meses, prorrogáveis na forma da legislação vigente, para todos os extintores pertencentes a esta Procuradoria-Geral de Justiça no Estado do Rio Grande do Sul, conforme especificações e condições constantes nos Anexos do Convite. **Data e horário de abertura:** 26/01/2011, às 14 (quatorze) horas. **Local:** Rua General Andrade Neves, 106, 17º andar, Centro, Porto Alegre (RS). **Convite:** <http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/convite>. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei nº 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 14 de janeiro de 2011.

MICHEL CORRÊA MURAD,

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

EDITAL Nº 010/2011

Resultado do Edital nº 004/2011 – REMOÇÃO DE ASSESSOR, BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que, tendo em vista o que consta do PR.00576.00044/2011-7, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/ur/remocoes>) o resultado da remoção referente ao Edital nº 004/2011.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 17 de janeiro de 2011.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 12/2010 - CAOMA

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis:

AGUDO

1) **Inquérito Civil nº 00710.00019/2010**, da Promotoria de Justiça de Agudo, pela Promotora de Justiça Daniela Sudbrack Gaspar Raiser, com a finalidade de apurar possível corte de árvores em floresta considerada de preservação permanente banhado, totalizando uma área de 0,5 hectares, sem autorização da autoridade competente, na localidade de Várzea do Agudo, interior de Agudo.

ALEGRETE

1) **Inquérito Civil nº 00711.00081/2010**, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pela extração de argila e depósito de casca de arroz, sem licença do órgão ambiental competente.

2) **Inquérito Civil nº 00711.00082/2010**, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pela queima de resíduos sólidos a céu aberto, sem licença do órgão ambiental competente.

3) **Inquérito Civil nº 00711.00083/2010**, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pela caça de animal silvestre.

4) **Inquérito Civil nº 00711.00084/2010**, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pela manutenção de estrebria em área pública e em perímetro urbano.

ARVOREZINHA

1) **Inquérito Civil nº 00717.00038/2010**, da Promotoria de Justiça de Arvorezinha, pela Promotora de Justiça Melissa Marchi Juchen, com a finalidade de investigar corte de árvores sem Licença Ambiental na propriedade de Nair Secco, na Linha Santo Antônio município de Ilópolis.

AUGUSTO PESTANA

1) **Inquérito Civil nº 00937.00001/2011**, da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana, pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, com a finalidade de Apurar a ocorrência de dano ambiental na Localidade de Passo do Souza, interior do Município de Jóiá, consistente no depósito de grande quantidade de lixo oriundo da coleta das Cidades vizinhas.

BAGÉ

1) **Inquérito Civil nº 00718.00090/2010**, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, com a finalidade de apurar a notícia de escoamento de esgoto a céu aberto.

2) **Inquérito Civil nº 00718.00092/2010**, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, com a finalidade de apurar a notícia de instalação de bomba de sucção em curso de água sem licença, autorização ou permissão do órgão ambiental competente.

3) **Inquérito Civil nº 00718.00094/2010**, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, com a finalidade de apurar a notícia de construção de barramento em curso d'água sem licença, autorização ou permissão do órgão ambiental competente.

4) **Inquérito Civil nº 00718.00001/2011**, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, com a finalidade de apurar a notícia de construção de barramento em curso d'água sem licença, autorização ou permissão do órgão ambiental competente.

BARRA DO RIBEIRO

1) **Inquérito Civil nº 00721.00032/2010**, da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro, pelo Promotor de Justiça Daniel Soares Indrusiak, com a finalidade de apurar possível extração ilegal de recursos hídricos, condizente com a construção de poço artesiano sem autorização do órgão competente, ocorrido no município de Sertão Santana.

2) **Inquérito Civil nº 00721.00035/2010**, da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro, pelo Promotor de Justiça Daniel Soares Indrusiak, com a finalidade de apurar possível dano ambiental, com o corte raso de indivíduos arbóreos em formação vegetal nativa em estágio inicial avançado, sem autorização órgão competente, ocorrido na Localidade de Saint Brisson, Município de Sertão Santana/RS.

3) **Inquérito Civil nº 00721.00036/2010**, da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro, pelo Promotor de Justiça Daniel Soares Indrusiak, com a finalidade de apurar possível dano ambiental, com desmatamento de espécies nativas em área de preservação permanente e uso de fogo, sem autorização do órgão ambiental competente, ocorrido na Localidade de Maravilha, Município de Sertão Santana/RS.

4) **Inquérito Civil nº 00721.00039/2010**, da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro, pelo Promotor de Justiça Daniel Soares Indrusiak, com a finalidade de averiguar possível dano ambiental decorrente do represamento artificial de curso d'água, para fins de utilização econômica, e criação de espécies exóticas – aquicultura, sem licenciamento ambiental, na Localidade de Fernando Abbott, Município de Sertão Santana/RS.

BENTO GONÇALVES

1) **Inquérito Civil nº 00722.00108/2010**, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de verificar eventuais irregularidades pela deposição de 124,21 metros de produto florestal nativo sem comprovação da origem e do transporte, armazenados em galpão da propriedade da empresa localizada na Rua José Benedetti, Linha Pedro Salgado, em Bento Gonçalves/RS, no ano de 2010.



2) Inquérito Civil nº 00722.00109/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de verificar eventuais irregularidades quanto ao descumprimento de licença de instalação de nº 005/2010 expedida pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e aterramento de vegetação nativa em estágio avançado de regeneração natural no Bioma Mata Atlântica, na Rua Ludovico Benedetti, Linha Pedro Salgado, em Bento Gonçalves/RS, no ano de 2010.

3) Inquérito Civil nº 00722.00110/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de verificar eventuais irregularidades quanto ao descumprimento de licença de instalação de nº 022/2010 – item 3.13 - expedida pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente pelo corte de 15 árvores nativas (de porte), na Rua José Benedetti, Linha Pedro Salgado, em Bento Gonçalves/RS, no ano de 2010.

4) Inquérito Civil nº 00722.00111/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar eventual irregularidade na atividade de comércio varejista de material de construção (ausência de Licença de Operação).

5) Inquérito Civil nº 00722.00112/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar eventual atividade de fabricação de esquadrias e outras peças de madeira, em desacordo com a legislação (ausência de cadastro florestal e Licença de Operação).

6) Inquérito Civil nº 00722.00113/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar eventuais danos causados pela prática da queima de vegetação exótica sem licença e em desacordo com a legislação ambiental vigente.

BUTIÁ

1) Inquérito Civil nº 00938.00025/2010, da Promotoria de Justiça de Butiá, pela Promotora de Justiça Camila Santos da Cunha, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades na serraria do mar.

2) Inquérito Civil nº 00938.00026/2010, da Promotoria de Justiça de Butiá, pela Promotora de Justiça Camila Santos da Cunha, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades na supressão de vegetação nativa.

CACHOEIRA DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00728.00001/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul, pelo Promotor de Justiça Wanderlei José Herbristh Willig, com a finalidade de apurar omissão do Município de Cachoeira do Sul no restauro do Patrimônio Histórico "Ponte de Pedra".

CACHOEIRINHA

1) Inquérito Civil nº 01127.00047/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha, pela Promotora de Justiça Caroline Vaz, com a finalidade de investigar a instalação da empresa Marino Renato Silveira da Rocha - Mareal Plast, CNPJ 91.513.069/0001-74, dedicada a atividade potencialmente poluidora, em Cachoeirinha, sem autorização do órgão de proteção ambiental.

2) Inquérito Civil nº 01127.00048/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha, pela Promotora de Justiça Caroline Vaz, com a finalidade de apurar possível existência de poluição sonora praticada pela Escola Adventista de Cachoeirinha, localizada na Rua Antônio Bastos, nº 291, Vila Regina, nesta cidade.

3) Inquérito Civil nº 01127.00049/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha, pela Promotora de Justiça Caroline Vaz, com a finalidade de investigar quais são os órgãos e/ou pessoas jurídicas responsáveis pela grande poluição do arroio Passinhos.

4) Inquérito Civil nº 01127.00050/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha, pela Promotora de Justiça Caroline Vaz, com a finalidade de investigar fiscalização do descarte irregular de resíduos sólidos e a destinação destes pelo Município (cisão do Inquérito Civil 01127.00008/2009).

5) Inquérito Civil nº 01127.00001/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha, pela Promotora de Justiça Caroline Vaz, com a finalidade de investigar prática de danos ao meio ambiente e poluição sonora (conversão do AT.01127.00025/2010) no "Balneário do Sol", nesta Cidade.

CAMPINA DAS MISSÕES

1) Inquérito Civil nº 00940.000016-2010, da Promotoria de Justiça de Campina das Missões, pela Promotora de Justiça Cristiane Mello de Bona, com a finalidade de investigar dano ambiental consistente na manutenção de 20 (vinte) pássaros silvestre da espécie cardeal, sem licenças dos órgãos competentes, ainda, com indícios de maus tratos aos pássaros, fato ocorrido na residência do investigado, na Linha Dona Helena Sul, interior do Município de São Paulo das Missões/RS.

CAMPO BOM

1) Inquérito Civil nº 00734.00016/2010, da Promotoria de Justiça de Campo Bom, pela Promotora de Justiça Ivanda Grapiglia Valiati, com a finalidade de investigar depósito irregular de lixo / meio ambiente.

CAPÃO DA CANOA

1) Inquérito Civil nº 00949.00157/2010, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de averiguar eventual existência de veículos automotores percorrendo as areias da praia de Capão da Canoa, bem como pela existência de animais domésticos movendo-se pela beira-mar.

2) Inquérito Civil nº 00949.00158/2010, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de averiguar eventual ocorrência de descumprimento de Licença Prévia, expedida pelo órgão ambiental para o empreendimento denominado Solar do Arroio, em Capão da Canoa/RS.

3) Inquérito Civil nº 00949.00161/2010, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de averiguar a Auto Lavagem Central que em tese exerce sua função sem alvará, uso de nota fiscal e laudo da FEPAM.

4) Inquérito Civil nº 00949.00162/2010, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de averiguar eventual ocorrência de criação de animais em área de preservação permanente, na RS 407, s/n, Bairro Guará, em Xangri-Lá, promovida, em tese, por Escobar da Silva Nunes Marques.



5) Inquérito Civil nº 00949.00163/2010, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de averiguar eventual ocorrência de construção irregular em área de preservação permanente, na RS 389, KM 33, s/n, em Capão da Canoa/RS, de responsabilidade de Lauri Ernesto Kock.

6) Inquérito Civil nº 00949.00164/2010, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de averiguar eventual ocorrência de construção irregular em área de preservação permanente, na RS 389, KM 32, s/n, em Capão da Canoa, de responsabilidade do Sr. Luis Viterbo Rocha.

7) Inquérito Civil nº 00949.00002/2011, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de averiguar eventual ocorrência de lançamento de resíduos sólidos em via pública por parte da Sra. Daniela Justin Torres, na Rua Teresópolis, nº 138, Bairro Santa Luzia, em Capão da Canoa, causando odor fétido e proliferação de insetos.

CATUÍPE

1) Inquérito Civil nº 00747.00007/2010, da Promotoria de Justiça de Catuípe, pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, com a finalidade de averiguar o andamento das obras de instalação estação de tratamento de esgoto a ser instalada no município de Catuípe.

CAXIAS DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00748.00198/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de investigar atividade potencialmente poluidora sem licenciamento ambiental.

2) Inquérito Civil nº 00748.00307/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de investigar corte de vegetação nativa sem licença ambiental.

3) Inquérito Civil nº 00748.00309/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de investigar corte de vegetação nativa e de exemplares de xaxim, ameaçados de extinção, em área localizada na Rua Luiz Covolan, nesta cidade.

4) Inquérito Civil nº 00748.00310/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de investigar atividade de abate clandestino de aves, em uma chácara no interior de Forqueta, nesta cidade.

5) Inquérito Civil nº 00748.00311/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de investigar corte de vegetação nativa e movimentação de terra sem licenciamento ambiental, em área localizada no Travessão Monte Bérico, 9ª Léguas, nesta cidade.

6) Inquérito Civil nº 00748.00312/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de investigar atividade de galvanoplastia, potencialmente poluidora, sem licenciamento ambiental.

7) Inquérito Civil nº 00748.00313/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de investigar atividade de avicultura, potencialmente poluidora, sem licenciamento ambiental.

8) Inquérito Civil nº 00748.00314/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de investigar descarte irregular de resíduos sólidos de forma irregular, em área localizada na Rua Antônio Andrigueti, Vila Ipê, sem licenciamento ambiental.

9) Inquérito Civil nº 00748.00315/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de investigar corte de vegetação nativa sem licenciamento ambiental, em área localizada em Linha Bem te Vi, Vila Oliva, nesta cidade.

10) Inquérito Civil nº 00748.00316/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de investigar corte de vegetação nativa sem licenciamento ambiental em área na RST 453, Rota do Sol, Km 153, nesta cidade.

11) Inquérito Civil nº 00748.00317/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de investigar atividade de pintura de móveis, potencialmente poluidora, sem licenciamento ambiental.

12) Inquérito Civil nº 00748.00318/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de investigar atividade de siderúrgica e metalúrgica, potencialmente poluidora, sem licenciamento ambiental.

13) Inquérito Civil nº 00748.00319/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de investigar risco aos consumidores, tendo em vista fonte de abastecimento de água no estabelecimento, em desacordo com as determinações da Vigilância Ambiental.

14) Inquérito Civil nº 00748.00320/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de investigar intervenção em área de preservação permanente sem licenciamento ambiental.

15) Inquérito Civil nº 00748.00321/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de investigar atividade de serraria, potencialmente poluidora, sem licenciamento ambiental.

16) Inquérito Civil nº 00748.00322/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de investigar atividade de reciclagem, potencialmente poluidora, sem licenciamento ambiental, e resíduos sólidos dispostos de forma irregular.

17) Inquérito Civil nº 00748.00323/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, pela Promotora de



Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de investigar atividade de anodização de peças de alumínio, potencialmente poluidora, sem licenciamento ambiental.

CERRO LARGO

1) Inquérito Civil nº 038/2010, da Promotoria de Justiça de Cerro Largo, pela Promotora de Justiça Cristiane Mello de Bona, com a finalidade de investigar o corte de vegetação nativa, em área de preservação permanente, sem licença ambiental, ocorrido na Rua Sete de Setembro, 955, Cerro Largo, RS, tendo como investigados Gustavo Luiz Theobald e José Alberto Theobald.

CHARQUEADAS

1) Inquérito Civil nº 00950.00027/2010, da Promotoria de Justiça de Charqueadas, pela Promotora de Justiça Márcia Regina Nunes Villanova, com a finalidade de apurar exercício de atividade potencialmente poluidora pela empresa investigada sem licença de operação expedida pela FEPAM.

CRUZ ALTA

1) Inquérito Civil nº 00754.00051/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pelo Promotor de Justiça Ioannis Fedrizzi Petalas, com a finalidade de apurar possível ocorrência de infração ambiental em razão da criação de animais em perímetro urbano e depósito irregular de resíduos sólidos na propriedade de João Carlos Machado, localizada na Rua Padre Aquiles, nº 701, Cruz Alta/RS.

2) Inquérito Civil nº 00754.00052/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, com a finalidade de apurar possível ocorrência de infração ambiental em decorrência de drenagem de área de nascentes, sem autorização da autoridade competente, na propriedade de Antônio José Rizzardi, na localidade de Capão Grande, interior do município de Boa Vista do Incra/RS.

3) Inquérito Civil nº 00754.00053/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, com a finalidade de apurar possível ocorrência de infração ambiental em decorrência de construção e supressão de vegetação, sem autorização da autoridade competente, na propriedade de Adair Machado de Machado, na Rua Uruguai, próxima ao açude da Bomba, nesta Cidade.

DOIS IRMÃOS

1) Inquérito Civil nº 00757.00024/2010, da Promotoria de Justiça de Dois Irmãos, pela Promotora de Justiça Wilson Luís Grezzana, com a finalidade de apurar fatos noticiados pela comunidade vizinha a Britagem Rio Bonito, quais sejam: poluição atmosférica (pó), sonora (decorrente do excesso de detonação), rachaduras (decorrente do impacto de explosões), além do cheiro desagradável. Também noticiam dreno em locais de nascentes e fechamento de riachos e açudes.

DOM PEDRITO

1) Inquérito Civil nº 00759.00027/2010, da Promotoria de Justiça de Dom Pedrito, pela Promotora de Justiça Janine Rosi Faleiro, com a finalidade de apurar possível dano ambiental decorrente da construção de barramento na propriedade rural denominada Granja do Lajeado, sem licença ou autorização dos órgãos competentes.

2) Inquérito Civil nº 00759.00028/2010, da Promotoria de Justiça de Dom Pedrito, pela Promotora de Justiça Janine Rosi Faleiro, com a finalidade de apurar possível dano ambiental decorrente da atividade de pulverização aérea na propriedade rural denominada Granja do Lajeado.

3) Inquérito Civil nº 00759.00030/2010, da Promotoria de Justiça de Dom Pedrito, pela Promotora de Justiça Janine Rosi Faleiro, com a finalidade de apurar possível dano ambiental decorrente de queimada em 500 ha na propriedade do Espólio de Gastão Bittencourt, localidade de Taquarembozinho.

ELDORADO DO SUL

1) Inquérito Civil nº 01232.00007/2010, da Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul, pelo Promotor de Justiça Plínio Castanho Dutra, com a finalidade de averiguar a ocorrência de poluição sonora praticada pela empresa SINARODO, localizada na Estrada da Arroeira, nº 820, Eldorado do Sul.

ESPUMOSO

1) Inquérito Civil nº 00765.00008/2010, da Promotoria de Justiça de Espumoso, pela Promotora de Justiça Suzane Hellfeldt, com a finalidade de investigar dano ambiental consistente no corte de árvores nativas em APP, em propriedade de Admilson de Souza Campos, na Localidade de Borba Gato, Campos Borges, RS.

ESTÂNCIA VELHA

1) Inquérito Civil nº 00766.00034/2010, da Promotoria de Justiça de Estância Velha, pelo Promotor de Justiça Paulo Eduardo de Almeida Vieira, com a finalidade de investigar a empresa, que está em atividade de grampeamento de couro, sem a devida licença de operação, bem como utilizando água de poço artesiano, sem outorga do uso de água, e sem cadastro no DEFAP para queima de lenha em caldeira.

ESTEIO

1) Inquérito Civil nº 00768.00101/2010, da Promotoria de Justiça de Esteio, pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald, com a finalidade de investigar a poluição sonora causada, em tese, pelo estabelecimento Ylê Africano de Oxalá, localizado na Rua Senador Salgado Filho, nº 321, Centro, Esteio, bem como o despejo de esgoto cloacal a céu aberto.

FARROUPILHA

1) Inquérito Civil nº 00771.00078/2010, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pelo Promotor de Justiça Leonardo Chim Lopes, com a finalidade de investigar aterro de banhado e corte de vegetação nativa.

2) Inquérito Civil nº 00771.00001/2011, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pelo Promotor de Justiça Leonardo Chim Lopes, com a finalidade de investigar falta de sistema de drenagem para conter os dejetos de aves que estão escorrendo pelo pátio da propriedade.

FELIZ

1) Inquérito Civil nº 00773.00061/2010, da Promotoria de Justiça de Feliz, pelo Promotor de Justiça Rafael Russomanno Gonçalves, com a finalidade de investigar açudes construídos sem licença, no município de São Vendelino.



GARIBALDI

1) Inquérito Civil nº 00776.00044/2010, da Promotoria de Justiça de Garibaldi, pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco, com a finalidade de apurar a regularidade do corte de dez araucárias na propriedade de Danilo Spader, na Rua Luiz Rogério Casacurta, proximidade do Ginásio Municipal, sendo investigado o Município de Garibaldi, consoante representação apresentada por Associação Garibaldense de Proteção aos Animais – AGAPA.

2) Inquérito Civil nº 00776.00045/2010, da Promotoria de Justiça de Garibaldi, pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco, com a finalidade de apurar a regularidade dos cortes de árvores em área verde do Loteamento Santa Julia (final da Rua André Rigoni), fatos de junho de 2009 e novembro de 2010 e atribuídos como de responsabilidade do município de Garibaldi, consoante representações apresentadas por Associação dos Moradores Monte Alegre.

GAURAMA

1) Inquérito Civil nº 00777.00046/2010, da Promotoria de Justiça de Gaurama, pelo Promotor de Justiça Vitassir Edgar Ferrareze, com a finalidade de investigar desmatamento em uma área de 0,66 hectare, sendo área de preservação permanente, com posterior utilização de fogo, sem licença do órgão ambiental competente.

2) Inquérito Civil nº 00777.00047/2010, da Promotoria de Justiça de Gaurama, pelo Promotor de Justiça Vitassir Edgar Ferrareze, com a finalidade de investigar dano ambiental, decorrente de corte de árvores nativas e uso do fogo para limpeza da área, sem licença do órgão ambiental competente.

3) Inquérito Civil nº 00777.00048/2010, da Promotoria de Justiça de Gaurama, pelo Promotor de Justiça Vitassir Edgar Ferrareze, com a finalidade de investigar dano ambiental, decorrente de poluição hídrica no arroio leão, consistente no lançamento de sangue de bovinos do matadouro do mercado e açougue mostifaga, sem licença do órgão ambiental competente.

GIRUÁ

1) Inquérito Civil nº 00781.00041/2010, da Promotoria de Justiça de Giruá, pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, com a finalidade de apurar a existência de área de lazer e a construção de benfeitorias em área de mata ciliar do Rio Giruazinho, sem licença da autoridade competente.

2) Inquérito Civil nº 00781.00042/2010, da Promotoria de Justiça de Giruá, pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, com a finalidade de apurar a existência de área de lazer e a construção de benfeitorias em área de mata ciliar do Rio Giruazinho, sem licença da autoridade competente.

3) Inquérito Civil nº 00781.00043/2010, da Promotoria de Justiça de Giruá, pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta firmados com os proprietários de áreas irregulares, nas margens dos Rios Giruazinho e Santo Cristo.

4) Inquérito Civil nº 00781.00044/2010, da Promotoria de Justiça de Giruá, pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta firmados com os proprietários de áreas irregulares, nas margens do Rio Giruazinho.

5) Inquérito Civil nº 00781.00045/2010, da Promotoria de Justiça de Giruá, pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, com a finalidade de recuperar a Mata Ciliar do Rio Santo Cristo.

6) Inquérito Civil nº 00781.00046/2010, da Promotoria de Justiça de Giruá, pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta firmados com os proprietários de áreas irregulares, nas margens dos Rios Giruazinho e Santo Cristo.

7) Inquérito Civil nº 00781.00047/2010, da Promotoria de Justiça de Giruá, pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta firmados com os proprietários de áreas irregulares, nas margens do Rio Giruazinho.

8) Inquérito Civil nº 00781.00048/2010, da Promotoria de Justiça de Giruá, pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta firmados com os proprietários de áreas irregulares, nas margens dos Rios Giruazinho e Santo Cristo.

9) Inquérito Civil nº 00781.00049/2010, da Promotoria de Justiça de Giruá, pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta firmados com os proprietários de áreas irregulares, nas margens do Rio Santo Cristo.

10) Inquérito Civil nº 00781.00050/2010, da Promotoria de Justiça de Giruá, pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, com a finalidade de recuperar a Mata Ciliar do Rio Santo Cristo.

11) Inquérito Civil nº 00781.00051/2010, da Promotoria de Justiça de Giruá, pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta firmados com os proprietários de áreas irregulares, nas margens do Rio Santo Cristo.

12) Inquérito Civil nº 00781.00052/2010, da Promotoria de Justiça de Giruá, pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta firmados com os proprietários de áreas irregulares, nas margens do Rio Santo Cristo.

13) Inquérito Civil nº 00781.00053/2010, da Promotoria de Justiça de Giruá, pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, com a finalidade de apurar a situação de pocilga em área de preservação permanente.

GUARANI DAS MISSÕES

1) Inquérito Civil nº 00789.00008/2010, da Promotoria de Justiça de Guarani das Missões, pelo Promotor de Justiça Renato Moura Tirapelle, com a finalidade de investigar a possível ocorrência de dano ambiental decorrente da instalação de indústria de serraria com desdobramento de madeira, fabricação de esquadrias e móveis e outros em madeira, sem licenciamento ambiental.

2) Inquérito Civil nº 00789.00012/2010, da Promotoria de Justiça de Guarani das Missões, pelo Promotor de Justiça Renato Moura Tirapelle, com a finalidade de investigar a possível ocorrência de dano ambiental decorrente da instalação de indústria de serraria com desdobramento de madeira, fabricação de esquadrias e móveis e outros em madeira, sem licenciamento ambiental.



3) Inquérito Civil nº 00789.00013/2010, da Promotoria de Justiça de Guarani das Missões, pelo Promotor de Justiça Renato Moura Tirapelle, com a finalidade de investigar a possível ocorrência de dano ambiental decorrente da instalação de indústria de serraria com desdobramento de madeira, fabricação de esquadrias e móveis e outros em madeira, sem licenciamento ambiental.

IGREJINHA

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 026/2010, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Michael Schneider Flach, com a finalidade de investigar e dirimir os fatos ligados a supressão irregular de vegetação nativa.

JÚLIO DE CASTILHOS

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 00800.00005/2010, da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos, pelo Promotor de Justiça Theodoro Alexandre da Silva Silveira, com a finalidade de investigar construção em APP supostamente já descaracterizada como tal.

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 00800.00006/2010, da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos, pelo Promotor de Justiça Theodoro Alexandre da Silva Silveira, com a finalidade de investigar suposta poluição consistente em: lançamento de resíduos a céu aberto; depósito de cereais no pátio, que levantam excesso de poeira no ar, dirigindo-se para as residências.

3) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 00800.00007/2010, da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos, pelo Promotor de Justiça Theodoro Alexandre da Silva Silveira, com a finalidade de investigar suposto corte de árvores nativas – 4 Araucaria angustifolia – sem a autorização do órgão ambiental competente.

4) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 00800.00008/2010, da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos, pelo Promotor de Justiça Theodoro Alexandre da Silva Silveira, com a finalidade de investigar suposta poluição ambiental, consistente no uso de agrotóxicos próximo a um açude, causando morte de peixes (cerca de 70).

LAGOA VERMELHA

1) Inquérito Civil nº 00801.00058/2010, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pela Promotora de Justiça Carolina Barth Loureiro, com a finalidade de apurar corte de 23 araucárias fora de área de preservação permanente, das quais apenas 09 estavam licenciadas, na propriedade do investigado, localizada na Capela de Rincão São Francisco, interior do município de Lagoa Vermelha, sem autorização do órgão ambiental competente.

2) Inquérito Civil nº 00801.00060/2010, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pela Promotora de Justiça Carolina Barth Loureiro, com a finalidade de investigar funcionamento de estabelecimento potencialmente poluidor, sem a devida autorização.

3) Inquérito Civil nº 00801.00061/2010, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pela Promotora de Justiça Carolina Barth Loureiro, com a finalidade de apurar corte de 22 árvores nativas, na propriedade do investigado, localizada na Capela São Luiz, interior do município de Caseiros, sem autorização do órgão ambiental competente.

LAVRAS DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00805.00005/2010, da Promotoria de Justiça de Lavras do Sul, pelo Promotor de Justiça Roberto Bayard Fernandes Figueiró, com a finalidade de investigar a eventual ocorrência de dano ambiental, decorrente do corte de árvores nativas, à revelia de licença ambiental, tendo como investigado Vitêlio Rigão.

NÃO-ME-TOQUE

1) Inquérito Civil nº 00810.00025/2010, da Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque, pelo Promotor de Justiça Márcio Rogério de Oliveira Bressan, com a finalidade de investigar eventual ocorrência de dano ambiental resultante da manutenção de ave silvestre em cativeiro, sem autorização do órgão ambiental competente, praticada por Ademir Francisco Piccinini, em sua residência.

2) Inquérito Civil nº 00810.00026/2010, da Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque, pelo Promotor de Justiça Márcio Rogério de Oliveira Bressan, com a finalidade de apurar o cumprimento da Lei Estadual nº 11.019, de 23 de setembro de 1997, e da Resolução nº 401, de 04 de novembro de 2008, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) pelos estabelecimentos que comercializam os seguintes produtos: pilhas e baterias, recarregáveis ou não; baterias automotivas; lâmpadas fluorescentes contendo mercúrio; frascos e aerossóis em geral, exceto os classificados como de higiene pessoal; termômetros e os outros produtos que contenham mercúrio; cartuchos de impressoras jato-de-tinta e matriciais; e toners de fotocopiadoras e impressoras a laser (vide art. 2º do Decreto Estadual nº 45.554/2008); pilhas e baterias portáteis, baterias chumbo-ácido, automotivas e industriais, pilhas e baterias dos sistemas eletroquímicos níquel-cádmio e óxido de mercúrio (vide art. 1º da Resolução CONAMA nº 401/2008), bem como a rede de assistência técnica autorizada pelos fabricantes e importadores desses produtos, no Município de Não-Me-Toque, RS.

3) Inquérito Civil nº 00810.00027/2010, da Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque, pelo Promotor de Justiça Márcio Rogério de Oliveira Bressan, com a finalidade de apurar o cumprimento da Lei Estadual nº 11.019, de 23 de setembro de 1997, e da Resolução nº 401, de 04 de novembro de 2008, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) pelos estabelecimentos que comercializam os seguintes produtos: pilhas e baterias, recarregáveis ou não; baterias automotivas; lâmpadas fluorescentes contendo mercúrio; frascos e aerossóis em geral, exceto os classificados como de higiene pessoal; termômetros e os outros produtos que contenham mercúrio; cartuchos de impressoras jato-de-tinta e matriciais; e toners de fotocopiadoras e impressoras a laser (vide art. 2º do Decreto Estadual nº 45.554/2008); pilhas e baterias portáteis, baterias chumbo-ácido, automotivas e industriais, pilhas e baterias dos sistemas eletroquímicos níquel-cádmio e óxido de mercúrio (vide art. 1º da Resolução CONAMA nº 401/2008), bem como a rede de assistência técnica autorizada pelos fabricantes e importadores desses produtos, no Município de Victor Graeff, RS.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de janeiro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 606

4) Inquérito Civil nº 00810.00028/2010, da Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque, pelo Promotor de Justiça Márcio Rogério de Oliveira Bressan, com a finalidade de apurar o cumprimento da Lei Estadual nº 11.019, de 23 de setembro de 1997, e da Resolução nº 401, de 04 de novembro de 2008, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) pelos estabelecimentos que comercializam os seguintes produtos: pilhas e baterias, recarregáveis ou não; baterias automotivas; lâmpadas fluorescentes contendo mercúrio; frascos e aerossóis em geral, exceto os classificados como de higiene pessoal; termômetros e os outros produtos que contenham mercúrio; cartuchos de impressoras jato-de-tinta e matriciais; e toners de fotocopiadoras e impressoras a laser (vide art. 2º do Decreto Estadual nº 45.554/2008); pilhas e baterias portáteis, baterias chumbo-ácido, automotivas e industriais, pilhas e baterias dos sistemas eletroquímicos níquel-cádmio e óxido de mercúrio (vide art. 1º da Resolução CONAMA nº 401/2008), bem como a rede de assistência técnica autorizada pelos fabricantes e importadores desses produtos, no Município de Tio Hugo, RS.

5) Inquérito Civil nº 00810.00029/2010, da Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque, pelo Promotor de Justiça Márcio Rogério de Oliveira Bressan, com a finalidade de investigar eventual perturbação do sossego alheio decorrente da poluição sonora ocasionada pelo trânsito de equipamentos agrícolas, do tipo pulverizador, conhecidos como "gafanhoto", por parte da indústria de IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS JAN S.A., nas proximidades da Fábrica I, situada na Avenida Dr. Waldomiro Graeff, nº 557, em Não-Me-Toque, RS, com base em Termo de Declarações prestadas por morador próximo ao referido estabelecimento.

6) Inquérito Civil nº 00810.00030/2010, da Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque, pelo Promotor de Justiça Márcio Rogério de Oliveira Bressan, com a finalidade de investigar eventual perturbação do sossego alheio decorrente da poluição sonora ocasionada pelo funcionamento da ERB (Estação de Rádio Base) da empresa Claro Digital, situada na Rua Alferes Rodrigo, próximo ao nº 14, no Bairro Vila Nova, em Não-Me-Toque, com base em Termo de Declarações prestadas por morador próximo ao referido estabelecimento.

7) Inquérito Civil nº 00810.00031/2010, da Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque, pelo Promotor de Justiça Márcio Rogério de Oliveira Bressan, com a finalidade de investigar eventual dano ambiental decorrente do depósito irregular de resíduos sólidos, sem licenciamento do órgão ambiental competente, localizado na propriedade do Senhor Hélio Hahn, situada na Rua Paraíba, nº 12, Bairro Industrial, Não-Me-Toque, RS.

NOVO HAMBURGO

1) Inquérito Civil nº 00814.00139/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com a finalidade de investigar possível ocupação irregular de via pública na Rua Travessa um, Vila Santa Catarina, Bairro Lomba Grande, Novo Hamburgo.

2) Inquérito Civil nº 00814.00140/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com a finalidade de investigar possível emissão excessiva de ruídos na Rua Euzébio Schmidt, nº 104, Bairro Canudos, nesta cidade.

3) Inquérito Civil nº 00814.00141/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com a finalidade de investigar possíveis atos de maus tratos a animal da espécie equina.

4) Inquérito Civil nº 00814.00142/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com a finalidade de investigar possível lançamento de efluentes industriais em rede pluvial.

5) Inquérito Civil nº 00814.00149/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com a finalidade de investigar possível emissão excessiva de ruídos e depósito irregular de resíduos.

PANAMBI

1) Inquérito Civil nº 00819.00033/2010, da Promotoria de Justiça de Panambi, pelo Promotor de Justiça Marcos Eduardo Rauber, com a finalidade de apurar danos ambientais em decorrência da destruição de vegetação nativa em APP e extração irregular de recursos minerais, sem autorização do órgão ambiental competente.

PIRATINI

1) Inquérito Civil nº 00828.00009/2010, da Promotoria de Justiça de Piratini, pela Promotora de Justiça Cristiana Müller Chatkin, com a finalidade de investigar a falta de tratamento de esgoto no Município de Piratini, conforme representação anexa.

PORTO ALEGRE

1) Inquérito Civil nº 00833.00033/2009, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, pelo Promotor de Justiça Alexandre Sikinowski Saltz, com a finalidade de investigar poluição sonora gerada por duas ERB's e funcionamento de ERB sem o devido licenciamento ambiental.

2) Inquérito Civil nº 00833.00130/2009, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, pela Promotora de Justiça Ana Maria Moreira Marchesan, com a finalidade de averiguar possível instalação de uma ferraria e depósito irregular de resíduos sólidos,

3) Aditamento à Portaria de Instauração nº 079/2010 do Inquérito Civil nº 00833.00079/2010, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, pela Promotora de Justiça Ana Maria Moreira Marchesan, com a finalidade de investigar poluição sonora.

4) Aditamento à Portaria de Instauração nº 096/2010 do Inquérito Civil nº 00833.00096/2010, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, pelo Promotor de Justiça Alexandre Sikinowski Saltz, com a finalidade de apurar dano ambiental.

REDE AMBIENTAL GRAVATAÍ-SINOS

1) Inquérito Civil nº 01393.00003/2010, da Rede Ambiental Gravataí - Sinos, pelo Promotor de Justiça Daniel Martini, com a finalidade de averiguar as estruturas municipais de fiscalização e tutela do meio ambiente da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos.

2) Inquérito Civil nº 01393.00004/2010, da Rede Ambiental Gravataí - Sinos, pelo Promotor de Justiça Daniel Martini, com a finalidade de averiguar as estruturas municipais de fiscalização e tutela do meio ambiente da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí.



RONDA ALTA

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 34/2010, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de investigar destruição de cerca de um hectare de vegetação nativa, sem licença do órgão ambiental competente, na propriedade de Osvaldo Fiorentin, situada na Linha Formosa, em Rondinha.

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 35/2010, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de corte de espécies nativas e uso de fogo, sem licença do órgão ambiental competente, em uma área de 1024 m², na propriedade de Sergio Braga, situada na Linha Schio, em Rondinha.

3) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 36/2010, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de investigar atividade de lavagem de veículos e borracharia, sem licença do órgão ambiental competente, na empresa Lavagem e Borracharia Ferreira, de propriedade de Moacir Eliandro Ferreira, estabelecida na Rua Rio Branco, nº 422, em Ronda Alta.

ROSÁRIO DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00856.00026/2010, da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul, pela Promotora de Justiça Fernanda Broll Carvalho, com a finalidade de apurar possível dano ambiental, consistente em construir barramento e desvio do curso da água, junto ao leito do rio Santa Maria, na Estrada Campo Seco, Km 07, no interior de Rosário do Sul.

2) Inquérito Civil nº 00856.00027/2010, da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul, pela Promotora de Justiça Fernanda Broll Carvalho, com a finalidade de apurar possível dano ambiental, consistente em realizar pesca predatória, na localidade denominada "Guará", Estabelecimento Santa Izabel, em Rosário do Sul.

3) Inquérito Civil nº 00856.00028/2010, da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul, pela Promotora de Justiça Fernanda Broll Carvalho, com a finalidade de apurar possível dano ambiental, consistente em realizar obra de terraplanagem, reforma e ampliação de açude, sem licença ambiental, na BR 290, junto ao trevo de acesso a Cacequi, em Rosário do Sul.

SALTO DO JACUÍ

1) Inquérito Civil nº 01129.00016/2010, da Promotoria de Justiça de Salto do Jacuí, pelo Promotor de Justiça Martin Albino Jora, com a finalidade de investigar construção de "barramento" em curso d'água, objetivando a captação de recurso hídrico para geração de energia elétrica, bem como o exercício de atividade potencialmente poluidora de beneficiamento de minerais não-metálicos (pedra ágata), sem licença dos órgãos ambientais competentes, mediante a utilização de uma máquina de corte, em empreendimento localizado na Av. General Câmara, s/nº, Bairro Cruzeiro, cidade de Salto do Jacuí, consoante RD.01129.00005/2010 e relatório nº 088/2010 do Comando Ambiental da Brigada Militar.

SANTA CRUZ DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00861.00088/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, pela Promotora de Justiça Simone Spadari, com a finalidade de assegurar condições de composição ambiental em face da constatação de depósito de madeira nativa na Serraria de propriedade de Enelro Fockinck, localizada na Linha São Martinho, Santa Cruz do Sul, RS.

SANTA MARIA

1) Inquérito Civil nº 00865.00019/2010, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Ricardo Lozza, com a finalidade de investigar pessoas interessadas na defesa de equinos utilizados por condutores de carroças solicitam adoção de medidas tendentes à preservação da saúde de tais animais.

2) Inquérito Civil nº 00865.00020/2010, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Ricardo Lozza, com a finalidade de investigar situação de risco, arroio Cadena, bairros Salgado Filho e Carolina.

3) Inquérito Civil nº 00865.00021/2010, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Ricardo Lozza, com a finalidade de investigar questões de natureza ambiental envolvendo a prefeitura de Itaara.

4) Inquérito Civil nº 00865.00021/2010, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Ricardo Lozza, com a finalidade de investigar possível dano ambiental provocado pelo uso de produtos tóxicos.

5) Inquérito Civil nº 00865.00022/2010, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Ricardo Lozza, com a finalidade de investigar estabelecimento Point de Bebidas está funcionando sem as licenças previstas legalmente e causando poluição sonora.

6) Inquérito Civil nº 00865.00023/2010, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Ricardo Lozza, com a finalidade de investigar destruir, danificar vegetação nativa em ares do bioma mata atlântica.

SANTA ROSA

1) Inquérito Civil nº 00868.00097/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa, pelo Promotor de Justiça Marcelo Augusto Squarça, com a finalidade de averiguar a possível ocorrência de exploração econômica de área de preservação permanente, localizada na saída para Guarani das Missões, em Santa Rosa, levada a termo por Sinval Facchinello, portador do Registro Geral n.º 3008297561, residente em Cinquentenário, interior do Município de Tuparendi (RS).

2) Inquérito Civil nº 00868.00098/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa, pelo Promotor de Justiça Marcelo Augusto Squarça, com a finalidade de averiguar a possível ocorrência de exploração econômica de área de preservação permanente, localizada na localidade de Lajeado Bonito, interior do Município de Santa Rosa.

SANTANA DO LIVRAMENTO

1) Inquérito Civil nº 00858.00037/2010, da Promotoria de Justiça de Santana do Livramento, pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, com a finalidade de apurar os fatos relativos aos danos ambientais causados em decorrência de fogo em área de campo, causado pelo Investigado no lote 37 do Assentamento Fidel Castro, na BR 293 nº 2839, neste Município, consoante Termo Circunstanciado POA nº 131/51/Nov-10.



2) Inquérito Civil nº 00858.00039/2010, da Promotoria de Justiça de Santana do Livramento, pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, com a finalidade de apurar os fatos relativos ao reabastecimento, aplicação e manipulação de agrotóxico, ocorridos em 02.11.10, na Fazenda Colorada, BR 158, Km 513, neste Município, em desacordo com a legislação ambiental, consoante Termo Circunstanciado Ambiental POA nº 131/50/Nov-10, e respectiva documentação.

SANTIAGO

1) Inquérito Civil nº 01223.00041/2010, da Promotoria de Justiça de Santiago, pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, com a finalidade de apurar as causas da poluição sonora no Município de Santiago, produzida por estabelecimentos comerciais (bares, boates, danceterias, lojas, etc), por entidades da sociedade civil (clubes, agremiações, CTGs, igrejas, cultos, etc) e por veículos automotores (destinados à propaganda comercial e particulares que abusam de equipamentos instalados nos veículos), buscando aprimorar a atuação do Poder Público (lato sensu) para a resolução ou redução expressiva do problema, em especial no tocante à atuação de polícia administrativa.

SANTO ÂNGELO

1) Inquérito Civil nº 00872.00077/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de apurar dano ambiental oriundo da intervenção indevida em área de preservação permanente situada na Rua Brasília (entre os Bairros Dornelles e Rogowski), na cidade de Santo Ângelo, RS, tendo como investigados o Sr. DERLI DORNELLES DA ROSA, RG nº 8024498969, inscrito no CPF sob o nº 372.384.260-72, residente na Rua Nicarágua, nº 122, Jardim Sabo, Santo Ângelo, RS, telefone para contato nº 99612480.

2) Inquérito Civil nº 00872.00152/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de apurar a regularidade do parcelamento do solo, tendo em vista o loteamento situado na Rua Carlos Panzenhagen Filho, no Bairro São Carlos, nesta Cidade (Chácara Timbaúva), tendo como investigados Wilibaldo Baltasar Lemke, portador do RG nº 5090420927, inscrito no CPF sob o nº 258.059.320-91 e Celina Barros Lemke, portadora do RG nº 2009984564, inscrita no CPF sob o nº 005.581.910-96, ambos residentes na Rua São Luiz Gonzaga, nº 1.333, no Bairro Missões, nesta Cidade, para apuração do fato.

3) Inquérito Civil nº 00872.00197/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental na Localidade de Esquina Campestre, interior do Município de São Miguel das Missões, RS, tendo como investigado o Sr. Sandro Munareto, RG nº 8042422041, residente na Rua Augusto Schimdt, nº 846, Centro, São Miguel das Missões, RS, celular (55) 9977-2954

4) Inquérito Civil nº 00872.00202/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental oriundo da limpeza de seis valas, em área de preservação permanente, sem licença do órgão ambiental competente, ocorrido na Localidade de 1º Distrito, no Município de São Miguel das Missões, RS, tendo como investigado o Sr. Vilson Alberi Maciel Dos Santos, RG nº 1056140385, inscrito no CPF sob o nº 888.712.820-00, residente no local acima mencionado, com telefone para contato (55) 9973-9985, para apuração do fato.

5) Inquérito Civil nº 00872.00206/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de apurar a regularidade das atividades desenvolvidas na Feira do Peixe, habitualmente realizada na Praça Leônidas Ribas, Santo Ângelo - RS, tendo como investigados o Município De Santo Ângelo e a Associação dos Produtores de Peixe de Santo Ângelo (APROPESA), localizada na Rua Antônio Neto, Bairro Castelarim, nº 105, Santo Ângelo, RS, telefone para contato (55) 33123791.

6) Inquérito Civil nº 00872.00209/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de preservação e recuperação das matas ciliares da Microbacia Hidrográfica do Arroio do Meio, localizada neste Município, tendo como investigado o Município De Santo Ângelo.

7) Inquérito Civil nº 00872.00210/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de preservação e recuperação das matas ciliares da Microbacia Hidrográfica do Arroio Itaquirinchim, localizada neste Município, tendo como investigado o Município de Santo Ângelo.

8) Inquérito Civil nº 00872.00211/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de preservação e recuperação das matas ciliares da Microbacia Hidrográfica do Arroio Micuin, localizada neste Município, tendo como investigado o Município de Santo Ângelo.

9) Inquérito Civil nº 00872.00212/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de preservação e recuperação das matas ciliares da Microbacia Hidrográfica dos Arroios São João e São José, localizada neste Município, tendo como investigado o Município de Santo Ângelo.

10) Inquérito Civil nº 00872.00213/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de preservação e recuperação das matas ciliares da Microbacia Hidrográfica dos Arroios Marmeleiro e Verдум, localizada no Município de Eugênio de Castro/RS, tendo como investigado o Município de Eugênio de Castro.

11) Inquérito Civil nº 00872.00214/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de preservação e recuperação das matas ciliares da Microbacia Hidrográfica dos Arroios Varejão e Marcondes, localizada no Município de Eugênio de Castro/RS, tendo como investigado o Município de Eugênio de Castro.

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

1) Inquérito Civil nº 00875.00044/2010, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, com a finalidade de apurar notícia de uso de fogo para impedir a regeneração da vegetação, em área de 7.500 m² na localidade de Sanga Funda, 1730, Município de Caraá/RS, de responsabilidade de Walter Ganzli.



2) Inquérito Civil nº 00875.00045/2010, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, com a finalidade de apurar notícia de dano ambiental decorrente de queima de resíduos florestais em área de 17.717 m² na localidade de Estrada Geral Baixa Grande, de responsabilidade de José Falkoski e João Luís Moreira da Silva.

3) Inquérito Civil nº 00875.00046/2010, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, com a finalidade de apurar notícia de desmatamento de mata nativa em área de 9.000 m², no polígono da Mata Atlântica, na Linha Padre Vieira, 2260, Morro Agudo, Município de Caraa - RS, com uso de fogo e sem licença ambiental, para plantio de eucalipto, de responsabilidade de João Deloci Dias da Silveira.

4) Inquérito Civil nº 00875.00047/2010, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, com a finalidade de investigar notícia de atividade agrícola sem licença ambiental, na Estrada Julio Brunelli, 8085, neste Município, de responsabilidade de José Vilmar do Evangelho e São José Sociedade Agrícola Pastoril e Avícola LTDA.

SÃO FRANCISCO DE PAULA

1) Inquérito Civil nº 00882.00064/2010, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula, pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, com a finalidade de apurar o não recolhimento de embalagens de agrotóxicos conforme relatória da sema.

2) Inquérito Civil nº 00882.00065/2010, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula, pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, com a finalidade de investigar supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente, sem possuir licença do órgão competente.

3) Inquérito Civil nº 00882.00066/2010, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula, pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, com a finalidade de investigar drenagem de banho sem possuir licença do órgão competente.

4) Inquérito Civil nº 00882.00067/2010, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula, pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, com a finalidade de investigar queima de campo nativo sem possuir licença do órgão competente.

SÃO JERÔNIMO

1) Inquérito Civil nº 00887.00042/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo, pelo Promotor de Justiça Lúcio Flávio Pretto, com a finalidade de averiguar a regularidade do número de fornos na carvoaria de propriedade de Fabio Luis Klein, localizada na estrada Cerro da Raposa, s/nº, em Arroio dos Ratos.

2) Inquérito Civil nº 00887.00001/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo, pela Promotora de Justiça Karen de Vasconcellos Daubermann, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente corte de vegetação em APP, na propriedade do investigado João Luiz Rodrigues, situada na localidade de Morrinhos, em de São Jerônimo/RS.

3) Inquérito Civil nº 00887.00002/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo, pela Promotora de Justiça Karen de Vasconcellos Daubermann, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente no corte de vegetação nativa sucessora, na propriedade de Marcelino Pedroso de Abreu, na localidade de Serra do Herval, no Cerro dos Abreus, em Barão do Triunfo, tendo como investigados Marcelino Pedroso de Abreu e Adroaldo Frago da Boa Nova.

4) Inquérito Civil nº 00887.00003/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo, pela Promotora de Justiça Karen de Vasconcellos Daubermann, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente utilização de queimada como medida fitossanitária, na propriedade do investigado Flavio Augusto da Silva Pizzio, situada estrada da Capororoca, em Arroio dos Ratos/RS.

5) Inquérito Civil nº 00887.00004/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo, pela Promotora de Justiça Karen de Vasconcellos Daubermann, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente corte raso de vegetação, na propriedade do investigado Manoel Vorni Neumann de Souza, situada na Travessa dos Fragosos, n.º 309, Palmeira, Zona dos Menezes, em São Jerônimo/RS.

6) Inquérito Civil nº 00887.00005/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo, pela Promotora de Justiça Karen de Vasconcellos Daubermann, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente na utilização de queimada para eliminar restos de floresta exótica, na propriedade do investigado Roberto Carlos Bednarek, situada na estrada Mato Bier, em Barão do Triunfo/RS.

7) Inquérito Civil nº 00887.00006/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo, pela Promotora de Justiça Karen de Vasconcellos Daubermann, com a finalidade de apurar a existência de dano ambiental, pela extração de butiazeiros na propriedade do investigado Julio Anselmo de Abreu, situada na localidade de Morrinhos, em Barão do Triunfo/RS.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

1) Inquérito Civil nº 00898.00017/2010, da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí, pelo Promotor de Justiça Charles Emil Machado Martins, com a finalidade de investigar ação de impedir e dificultar a regeneração de floresta nativa em estágio inicial e floresta exótica, sob ação mecanizada, na Localidade de Monjolo, em São Sebastião do Caí, RS.

2) Inquérito Civil nº 00898.00018/2010, da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí, pelo Promotor de Justiça Charles Emil Machado Martins, com a finalidade de investigar corte de floresta nativa em área de preservação permanente e fora desta, na Estrada da Piedade, em Bom Princípio, RS.

3) Inquérito Civil nº 00898.00019/2010, da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí, pelo Promotor de Justiça Charles Emil Machado Martins, com a finalidade de averiguar corte de vegetação nativa sem autorização dos órgãos competentes, na localidade de Bom Fim Baixo, em Bom Princípio, RS.

4) Inquérito Civil nº 00898.00020/2010, da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí, pelo Promotor de Justiça Charles Emil Machado Martins, com a finalidade de investigar depósito de resíduo orgânico (esterco de galinha), sem licença do órgão ambiental competente, na Localidade de Nova Santa Cruz, Harmonia, RS.

5) Inquérito Civil nº 00898.00023/2010, da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí, pelo Promotor de Justiça Charles Emil Machado Martins, com a finalidade de investigar depósito de resíduos sólidos industriais e domésticos, sem licença dos órgãos competentes, na Localidade de Campestre, em São Sebastião do Caí, RS.



SAPUCAIA DO SUL

1) Aditamento à Portaria do Inquérito Civil nº 00903.00069/2004, da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul, pela Promotora de Justiça Bárbara da Costa Lange, com a finalidade de etificar o investigado, devendo constar a empresa MULTTI SERVIÇOS TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA., excluindo-se a empresa ABORGAMA DO BRASIL LTDA., contra a qual foi instaurado IC próprio (IC.00903.00026/2010).

2) Inquérito Civil nº 00903.00026/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul, pela Promotora de Justiça Bárbara da Costa Lange, com a finalidade de investigar dano ambiental cometido pela empresa, conforme auto de infração nº 502/2010.

SEBERI

1) Inquérito Civil nº 00905.00016/2010, da Promotoria de Justiça de Seberi, pela Promotora de Justiça Rogério Fava Santos, com a finalidade de apurar, infração ambiental, tendo por investigado Carlos Brandão da Silva, conforme Termo Circunstanciado Ambiental nº 2.2.021202.86/10-11, do Comando Ambiental da Brigada Militar de Frederico Westphalen, noticiando a supressão de vegetação de origem nativa sem licença ambiental, na Linha Martins, em Seberi/RS.

TAQUARA

1) Inquérito Civil nº 00911.00128/2010, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de investigar corte de vegetação nativa em estágio inicial e médio de regeneração e emprego de fogo para eliminação de resíduos florestais.

2) Inquérito Civil nº 00911.00129/2010, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de investigar corte de vegetação nativa em estágio inicial e médio de regeneração e emprego de fogo para eliminação dos resíduos florestais.

3) Inquérito Civil nº 00911.00130/2010, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de investigar corte raso de vegetação nativa em estágio inicial e médio de regeneração em área de preservação permanente.

4) Inquérito Civil nº 00911.00131/2010, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de investigar corte de vegetação nativa nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração em área de preservação permanente.

TORRES

1) Inquérito Civil nº 00914.00155/2010, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Vinicius de Melo Lima, com a finalidade de investigar irregularidades na implantação de condomínio horizontal de lotes.

2) Inquérito Civil nº 00914.00164/2010, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Vinicius de Melo Lima, com a finalidade de investigar avanço de perímetro urbano sobre zona de amortecimento de UC.

3) Inquérito Civil nº 00914.00001/2011, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Vinicius de Melo Lima, com a finalidade de investigar corte de árvores nativas em área de preservação permanente e realização de queimada, sem que houvesse licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, na Estrada-Geral do Rio do Pinto, n.º 3300, Município de Três Forquilhas/RS, sob a responsabilidade de Adair Gross Nascimento.

4) Inquérito Civil nº 00914.00002/2011, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Vinicius de Melo Lima, com a finalidade de corte de árvores nativas em área de preservação permanente, sem que houvesse licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, na Estrada Zé Coca, n.º 2014, Município de Três Forquilhas/RS, sob a responsabilidade de José Magnus de Cândido.

5) Inquérito Civil nº 00914.00003/2011, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Vinicius de Melo Lima, com a finalidade de investigar danos à Unidade de Conservação Parque Tupancy, em Arroio do Sal, proporcionados por Júlio César Fernandes Severino.

6) Inquérito Civil nº 00914.00004/2010, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Vinicius de Melo Lima, com a finalidade de investigar extração irregular de recursos minerais.

TRÊS DE MAIO

1) Inquérito Civil nº 00916.00031/2010, da Promotoria de Justiça de Três de Maio, pelo Promotor de Justiça Ricardo Melo de Souza, com a finalidade de investigar destruição de mata nativa, em uma área de 2.000 m², na localidade de Esquina Queimada - interior do Município de Alegria.

TUCUNDUVA

1) Inquérito Civil nº 00919.00016/2010, da Promotoria de Justiça de Tucunduva, pela Promotora de Justiça Anamaria Thomaz, com a finalidade de investigar destruição da floresta nativa fora da área de preservação permanente em uma área de 35 (trinta e cinco) metros e comprimento por 30 (trinta) metros de largura, totalizando 1050 (mil e cinquenta) metros quadrados. Em alguns pontos da área foi feito o uso de fogo.

TUPANCIRETÃ

1) Inquérito Civil nº 00920.00027/2010, da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, pelo Promotor de Justiça Adoniran Lemos Almeida Filho, com a finalidade de investigar acúmulo de lixo em propriedade particular, com risco para os vizinhos em face da proliferação de insetos, roedores e cobras, bem como em face da possibilidade de incêndio no entulho acumulado.

VACARIA

1) Inquérito Civil nº 065/2010, da Promotoria de Justiça de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de verificar eventuais danos ambientais decorrentes de emprego de fogo, supostamente em atividade agropastoril do investigado.

2) Inquérito Civil nº 080/2010, da Promotoria de Justiça de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar corte seletivo de forma irregular de árvores nativas da espécie Araucária angustifolia, atingindo um total de 116 (cento e dezesseis) árvores, perfazendo um volume de 93,96m³ (noventa e três vírgula noventa e seis metros cúbicos), fora de área de preservação permanente, sem autorização do órgão competente, fato constatado no dia 20/10/2010, em propriedade sob responsabilidade do investigado, localizada na Fazenda da Estrela, 4º Distrito, na localidade denominada Mato Queimado, no Município de Vacaria/RS (conforme Boletim de Ocorrência nº 779094).



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de janeiro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 606

3) Inquérito Civil nº 081/2010, da Promotoria de Justiça de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar poluição sonora, decorrente de emissão de som em nível superior ao estabelecido pela legislação vigente, proveniente da realização de eventos, no clube investigado, localizado na Rua Dr. Flores – Centro - Município de Vacaria/RS.

4) Inquérito Civil nº 083/2010, da Promotoria de Justiça de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar corte raso irregular de árvores nativas, atingindo um total de 179 (cento e setenta e nove) árvores nativas de diversas espécies, perfazendo um total de 35,80 m³ (trinta e cinco vírgula oitenta metros cúbicos), fora de área de preservação permanente, sem autorização do órgão competente, fato constatado no dia 05/10/2010, em propriedade sob responsabilidade do investigado, localizada na localidade denominada Capela do Carmo, no Município de Monte Alegre dos Campos/RS (conforme Boletim de Ocorrência nº 779088).

VENÂNCIO AIRES

1) Inquérito Civil nº 00927.00007/2010, da Promotoria de Justiça de Venâncio Aires, pelo Promotor de Justiça Fernando Butini, com a finalidade de apurar a ocorrência de poluição sonora e de resíduos por parte do estabelecimento comercial Atacado de Bebidas Serfest, situado no acesso Dona Leopoldina, no Município de Venâncio Aires-RS.

VERANÓPOLIS

1) Inquérito Civil nº 00929.00050/2010, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, pelo Promotor de Justiça Lucio Flavio Miotto, com a finalidade de investigar focos de incêndio detectados na comarca de Veranópolis.

2) Inquérito Civil nº 00929.00051/2010, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, pelo Promotor de Justiça Lucio Flavio Miotto, com a finalidade de investigar dano ambiental – retirada de vegetação situada em área de preservação permanente, numa faixa de 100m de comprimento por 60 metros de largura, totalizando 6.000 m², na linha Júlio de Castilhos, neste Município de Veranópolis, RS.

VIAMÃO

1) Inquérito Civil nº 00930.00107/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão, pela Promotora de Justiça Anelise Grehs Stifelman, com a finalidade de investigar a legalidade do procedimento de licenciamento ambiental, bem como risco de danos ambientais a serem provocados pela atividade de mineração.

2) Inquérito Civil nº 00930.00109/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão, pela Promotora de Justiça Anelise Grehs Stifelman, sem finalidade descrita.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de Janeiro de 2010.

JÚLIO ALFREDO DE ALMEIDA,

Coordenador do Centro de Operacional de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo.

AFONSO ARMANDO KONZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, em substituição.